



É pra fazer. É pra cuidar.



Prefeitura do Município de Pilar

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Processo n° 0619-0002/2019

Interessado: Secretaria Municipal de Infraestrutura

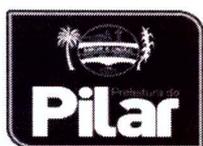
Assunto: Execução de Obra de Engenharia visando a Reforma da Escola Municipal Oseas Cardoso no Município de Pilar/AL

AVISO DE SUSPENSÃO E REABERTURA DO PRAZO DO EDITAL TP N° 02/2019

A CPL do Município de Pilar (AL), vem por meio desta suspender a licitação de Tomada de Preços n° 02/2019 marcada para o próximo dia 19 de Julho de 2019, às 8h, que tem por objeto a Reforma da Escola Municipal Oseas Cardoso no Município de Pilar/AL, em face da alteração do orçamento base da licitação.

Pilar, 17 de julho de 2019.

Estefania Alves de O. Neta
Membro da CPL



É pra fazer. É pra cuidar.

Espécie: Contrato nº 09.04/29.001/2019, firmado em 12/07/2019, com a empresa CONSTRUTORA SANTA CRUZ LTDA EPP, CNPJ nº 27.259.739/0001 – 79; Valor: R\$: 151.047,30; Objeto: Contratação de empresa de engenharia para construção de Academia de Saúde da modalidade básica nesta cidade de Palestina/AL, Amparo: Tomada de Preços nº 01/2019, Processo: 09.04/29.001/2019; Vigência: 05 (cinco) meses; Signatário: pelo Contratante, Eliane Silva Lisboa e pela Contratada, Bruno José Ferreira Silva.

Palestina/AL, 15 de julho de 2019.

ELIANE SILVA LISBOA
Prefeita

Publicado por:
Albert Leite e Silva
Código Identificador:4B3C104E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2019

Espécie: Contrato nº 09.04/29.002/2019, firmado em 12/07/2019, com a empresa CONSTRUTORA SANTA CRUZ LTDA EPP, CNPJ nº 27.259.739/0001 – 79; Valor: R\$: 86.054,68; Objeto: Contratação de empresa de engenharia para construção de Academia de Saúde da modalidade básica nesta cidade de Palestina/AL, Amparo: Tomada de Preços nº 02/2019, Processo: 09.04/29.002/2019; Vigência: 05 (cinco) meses; Signatário: pelo Contratante, Eliane Silva Lisboa e pela Contratada, Bruno José Ferreira Silva.

Palestina/AL, 15 de julho de 2019.

ELIANE SILVA LISBOA
Prefeita

Publicado por:
Albert Leite e Silva
Código Identificador:FICD7091

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 139/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 139/2019
PROCESSO: 0222-0011/2019 P.E 34/2019
ORGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE PILAR/AL, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 12.200.158/0001-28.

FORNECEDORA REGISTRADA: BETBI INDUSTRIA DE CONFECÇÕES E BRINDES EIRELI CNPJ/MF 01.237.548/0001-12, vencedora do item: 31 no valor total de R\$ 56.610,00
OBJETO: SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO VISUAL.
PERÍODO DE VIGÊNCIA: 12 meses, a partir da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial.

SIGNATÁRIOS: Renato Rezende Rocha Filho, pelo ORGÃO GERENCIADOR; e Sra. Elizabete Ardigo, pela FORNECEDORA REGISTRADA. Pilar/AL.

Publicado por:
Sérgio Lira de Oliveira
Código Identificador:AD3E9544

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DA TP Nº 02/2019

A CPL do Município de Pilar (AL), vem por meio desta suspender a licitação de Tomada de Preços nº 02/2019 marcada para o próximo dia 19 de Julho de 2019, às 8h, que tem por objeto a Reforma da Escola Municipal Oseas Cardoso no Município de Pilar/AL, em face da alteração do orçamento base da licitação.

Pilar, 17 de julho de 2019.

ESTEFANIA ALVES DE O. NETA
Membro da CPL

Publicado por:
Sérgio Lira de Oliveira
Código Identificador:6637FDC1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 03/2019 – TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia Civil para execução de obras de Construção de uma Quadra Poliesportiva e Área de Lazer para a Escola do Conjunto Edith França no Município de Pilar - AL LOCAL/DATA:na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Praça Floriano Peixoto, Pilar/AL, no dia 02 de agosto de 2019, as 08:00 horas. (Horário Local).

Os Editais e seus Anexos encontram-se à disposição das empresas interessadas na sala da CPL, ou pelo e-mail: comissaopilar@gmail.com horário das 08:00 às 13:00, até o dia que antecede à data do Certame.

Pilar/AL, 17 de julho de 2019.

ROSEANE SOARES CAMELO
Presidente/CPL.

Publicado por:
Sérgio Lira de Oliveira
Código Identificador:7050C6EB

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANQUE D'ARCA

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO
PREVIDENCIÁRIO DE PENSÃO POR MORTE

Portaria Nº 06 de 15 de julho de 2019.

Dispõe sobre concessão de benefício previdenciário de Pensão por Morte

A presidente do INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE TANQUE D'ARCA, juntamente com o PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder Pensão por Morte a José da Costa Teixeira, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF sob o nº 092.540.214-15, portador do RG nº 586483 SSP AL, em razão de ser dependente (cônjuge) da segurada Creuza Araújo de Farias Teixeira, servidora pública municipal aposentada no cargo de Professor, filiada ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Tanque D'Arca, de acordo com o art. 40, §7º da CF/88 c/c art. 57 da Lei Municipal nº 222/2005, que reestruturou o Regime Próprio de Previdência do Município de Tanque D'Arca/AL, no percentual de 100% (cem por cento), conforme documentação constante no processo 003/2019 do IPAM.

Art. 2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tanque D'Arca/AL, 15 de julho de 2019.

WILMÁRIO VALENÇA SILVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

MÁRCIA SANTOS DA COSTA
Presidente



É pra fazer. É pra cuidar.

FL N° 857
DIGO / CPL PILAR

FL N° 854
CPL PILAR

Prefeitura do Município do Pilar
Comissão Permanente de Licitação - CPL

TOMADA DE PREÇO N.º02/2019. Data da Sessão: 09/08/2019 – 08h00 min (Horário local)

PROTOCOLO DE ENTREGA DO EDITAL

RAZÃO SOCIAL:.....
C.N.P.J. N.º.....
ENDEREÇO:.....
CEP CIDADE / ESTADO.....
TELEFONE: FAX

E-MAIL:.....
NOME DE PESSOA PARA CONTATO:.....

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DO EDITAL:

R. G. N.º e / ou CPF N.º.....

ENDEREÇO:.....
CEP CIDADE / ESTADO.....

TELEFONE: FAX

E-MAIL:

Recebemos, através do _____, cópia do instrumento convocatório acima identificado.

PILAR/ AL de de 2019.

.....
Assinatura

FL N° 854v
CPL PILAR

FL N° 852v
DIGO / CPL PILAR



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N° 02/2019

O MUNICÍPIO DE PILAR/AL, através da Comissão Permanente de Licitações, legalmente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, na forma da legislação pertinente a licitações e contratos administrativos, fará realizar no dia **09/08/2019, às 8:00 hs (horário local)**, na sala da CPL localizada na Praça Floriano Peixoto, s/n, Centro, CEP 57.150-000 - PILAR(AL), licitação na modalidade **Tomada de Preço n° 02/2019, do TIPO MENOR PREÇO GLOBAL executado no regime de empreitada por preços unitários**, onde receberá os documentos de habilitação e proposta de preços para a execução das obras e serviços de engenharia abaixo discriminados, conforme especificado neste Edital e mediante condições contidas na Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações estabelecidas nas Leis Federais 8.883/94 e 9.648/98.

1.0. DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem como objeto a **Contratação de Empresa de Engenharia Civil para execução de obras de reforma e ampliação da Escola Oseas Cardoso, município do Pilar/AL, de acordo com as condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, que o integram e complementam.**
- 1.2. **O valor global estimado da contratação será de R\$ 1.362.012,75 (um milhão trezentos e sessenta e dois mil doze reais e setenta e cinco centavos).**
- 1.3. **O TIPO DESTA LICITAÇÃO SERÁ O MENOR PREÇO GLOBAL executado no regime de empreitada por preços unitários.**
- 1.4. Ressaltamos que os projetos e demais peças técnicas, objeto desta licitação encontram-se disponibilizados na CPL, podendo ser retirados pessoalmente pelos interessados ou através do E-mail: **comissaopilar@gmail.com**
- 1.5. As obras deverão atender as normas, especificações e métodos da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e Posturas Governamentais Vigentes.

2.0 DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas no ramo de atividade econômica pertinente ao objeto deste Edital regularmente constituída e em operação no território nacional, bem como, possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste instrumento.
- 2.2. Não poderão participar as empresas ou instituições das quais participem, dirigentes ou servidores das entidades promotoras desta licitação, relacionadas no preâmbulo.
- 2.3. Não poderão participar as empresas ou instituições que se encontrem sob falência, liquidação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou ainda, que tenham sido declaradas inidôneas ou estejam punidas com suspensão do direito de licitar com Administração Pública de PILAR - AL.
- 2.4. Não poderão participar as empresas, inclusive suas filiais, que façam parte de um mesmo grupo econômico o financeiro, e/ou empresas que tenham diretores, acionistas com mais de 5% de participação, ou representantes legais comuns e as que dependam econômica ou financeiramente de outra empresa ou a subsidiem.
- 2.5. Não poderão participar desta licitação empresas que estejam inadimplentes com a Fazenda Pública Estadual ou Municipal da sua sede e/ou filiais e declaradas impedidas e/ou inidôneas com a Administração Pública.
- 2.6. Poderão participar as empresas em recuperação judicial, desde que apresente o plano de recuperação aprovado judicialmente, para fins de comprovação da exigência do item 10.2.5 desse edital (TCU, no acórdão 8272/2011, da 2ª Câmara)

3.0 DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A contratação do objeto da presente licitação será efetuada conforme preceitua a seção II do capítulo III da Lei 8.666/93, do qual farão parte integrante todas as condições estabelecidas neste edital e em seus Anexos, independentemente de transcrição na nota de empenho, bem como a documentação e a proposta da licitante vencedora, naquilo que não contrariar os termos deste, como previsão de adaptação às normas vigentes.
- 3.2. Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.
- 3.3. A empresa classificada em primeiro lugar, declarada vencedora, será convocada para assinar o contrato, no prazo máximo de 05(cinco) dias a contar da notificação.
 - 3.3.1. A empresa vencedora sendo convocada, e não comparecendo para assinar o contrato, ou não comprovando que mantém as condições de habilitação, aplicar-se-ão as disposições contidas na Lei de Licitações, sem prejuízo das demais cominações legais.



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

3.4. Se o licitante vencedor recusar-se a entregar o objeto adjudicado, será convocado outro licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis.

3.5. Ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos, decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem a convocação para contratação, conforme disposto no artigo §3º, do art. 64, da Lei nº 8.666/93.

3.6. **O prazo para execução e conclusão das obras e serviços objeto desta licitação será de acordo com o cronograma físico financeiro, anexo deste Edital, prazo este a ser contado a partir da Ordem Inicial de serviços. A emissão das Ordens de Serviços será condicionada a existência de disponibilidade financeira.**

3.7. A eventual reprovação da obra e serviços em qualquer fase da execução não implicará em alteração dos prazos, nem eximirá a CONTRATADA da aplicação das multas contratuais.

3.8. **O prazo para conclusão das obras e serviços poderá ser alterado nas hipóteses previstas no contrato, observado as condicionantes do art. 57, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.**

3.9. O presente edital será parte integrante do contrato e a minuta do instrumento contratual anexo integra este Edital.

3.10. Desde já fica assegurado ao Município introduzir na Minuta de Contrato as alterações julgadas necessárias para assegurar maior garantia na execução das obras.

3.11. Mediante prévia e expressa aprovação do Município, a CONTRATADA poderá subcontratar partes das obras e serviços, desde que seja comunicado ao Município que deverá anuir ou rejeitar, ficando limitada a subcontratação no percentual de **30% do valor global da contratação** e que seja contratada Empresa Enquadrada como ME e/ou EPP, na forma da Lei Complementar nº 147/2014.

3.12. A licitante vencedora que vier a ser contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos materiais empregados. Também providenciarão a limpeza do terreno, escavação manual e/ou mecânica, aterro e reaterro, estrutura e a alvenaria, decorrentes da movimentação das obras, bem como da recuperação e reconformação de áreas danificadas pelo uso do solo, ou jazidas de qualquer natureza. Serão ainda removidas construções e instalações provisórias de qualquer natureza que tenham sido efetuadas pela CONTRATANTE.

4.0 DO RECEBIMENTO DA OBRA

4.1. As obras e serviços para o objeto deste certame serão recebidos por uma comissão de técnicos da Secretaria Municipal competente, devidamente designados.

4.2. O recebimento dar-se-á mediante termos de recebimento, provisório e definitivo, na forma prevista no contrato.

4.3. As obras e serviços somente serão recebidos, após atendimento de todas as condições estabelecidas neste Edital e demais documentos que o integram.

5.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A aplicação de penalidades à licitante vencedora reger-se-á conforme a estabelecida na Seção II do capítulo IV – Das Sanções Administrativas da Lei nº 8.666/93.

5.1.1. Caso a empresa vencedora se recuse a entregar o objeto contratado, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sendo-lhe aplicada, isolada ou cumulativamente:

- ADVERTÊNCIA, por escrito;
- MULTA DE 10% (DEZ PORCENTO) SOBRE O VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO;
- DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

5.2. O licitante que deixar de entregar, no todo ou em parte, a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará impedido de licitar e contratar com a Administração pelo prazo previsto na lei sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.**

FL N° 855 v m
CPL PILAR

FL N° 858 v m
DIGO / CPL PILAR



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

- 5.3. Fica estipulado o percentual de 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) sobre o valor global contratado a título de mora, por dia de atraso no cumprimento de qualquer prazo previsto neste Edital:
- 5.3.1. Caso o licitante vencedor não possa cumprir os prazos estipulados, deverá apresentar justificativa por escrito, nos casos previstos nos incisos II e V do parágrafo 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, até o vencimento do prazo de entrega do objeto, ficando a critério da Administração a sua aceitação;
- 5.3.2. Vencido(s) o(s) prazo(s), a Administração oficialará o licitante vencedor comunicando-o da data limite.
- 5.3.3. A partir dessa data, considerar-se-á recusa, sendo-lhe aplicada a sanção de que trata o subitem 5.4.
- 5.4. Pela inexecução total da obrigação, a Administração rescindir o contrato e aplicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.
- 5.4.1. Em caso de inexecução parcial da obrigação será aplicada o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato.
- 5.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações da Administração pela licitante vencedora serão deduzidas dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor do Município de PILAR (AL) ou cobradas judicialmente.
- 5.6. Se a licitante vencedora inadimplente não tiver valores a receber do Município de PILAR, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.
- 5.7. A aplicação de multas, bem como a rescisão de contrato, não impede que a Administração aplique ao licitante vencedor as demais sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.
- 5.8. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste edital será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.

6.0 DOS RECURSO FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. O investimento para a construção do objeto desta licitação ocorrerá por conta dos recursos, classificados na seguinte Dotação Orçamentária:

| | |
|---------------------------------------|--|
| Órgão: | Secretaria Municipal de Educação e Cultura |
| Unidade: | Secretaria Municipal de Educação e Cultura |
| Classificação Funcional Programática: | 12.361.0002.3015 – Reforma e Ampliação de Unidades da Educação Básica. |
| Elemento de Despesa: | 3.4.4.9.0.51.00.00.00.000 – Obras e Instalações |

7.0 LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA e RETIRADA DO INSTRUMENTO

- 7.1. O Presidente receberá as propostas de preços e documentos de habilitação em sessão pública a ser realizada, conforme indicado a seguir: **dia 09/08/2019 e a licitação em todas as suas fases ocorrerá na sala da Comissão Permanente de Licitação, na sede administrativa da Prefeitura Municipal de PILAR/AL.**
- 7.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a participação no certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da CPL em contrário.
- 7.3. Este Edital e seus anexos (projeto básico, executivo, planilhas e especificações) serão entregues gravados em CD ou outro meio eletrônico e encontra-se a disposição das empresas interessadas no endereço mencionado no item 7.1, no horário das 08:00 às 12:00, até o dia da sessão, ou mediante requisição diretamente na CPL do Município ou através do e-mail: comissaopilar@gmail.com.



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

7.4. As licitantes poderão colher informações adicionais eventualmente necessárias sobre o certame, junto à Comissão Permanente de Licitação, localizada no endereço exposto no preâmbulo deste Edital, no horário das 08 às 12h.

8.0 DO CREDENCIAMENTO

8.1. Cada licitante poderá nos atos do presente certame ter um único representante legal devidamente credenciado, com poderes para representar, mediante apresentação de um dos seguintes instrumentos, sempre acompanhados pela cópia do documento de identidade:

8.1.1. Procuração lavrada por instrumento público ou particular, indicando a outorga de poderes na forma exigida, onde constem os poderes do outorgante, acompanhados do contrato social, ou estatuto, ou ato constitutivo, ou registro comercial, sugestão de modelo a seguir:

| PROCURAÇÃO |
|--|
| Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) portador(a) da Cédula de Identidade nº e CPF sob nº a participar da licitação na Tomada de Preço nº xx/2019 da Prefeitura Municipal de Pilar, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame. |
| Local e data |
| Diretor ou Representante Legal |

8.1.2. A procuração outorgada a dois ou mais representantes legais, determinando que estes ajam em conjunto, deve ser substituída pelo modelo acima sugerido, outorgando poderes a somente um procurador.

8.1.3. Caso o representante seja sócio, gerente ou administrador da empresa licitante, deverá ser apresentado documento idôneo que comprove a sua condição de sócio, gerente ou administrador do licitante e que declare os limites da sua atuação;

8.1.4. As microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos do Artigo 72 da Lei Complementar 123/2006 e devido a necessidade de identificação pela CPL, **deverão credenciar-se acrescidas das expressões “ME” ou “EPP” à sua firma ou denominação**, bem como, entregar a CPL: a) **ou a certidão original** (ou sua cópia autenticada) **expedida pela respectiva Junta Comercial ou pelo Registro competente que comprove sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (art. 8º, Instrução Normativa nº 103, de 30 de abril de 2007);** b) ou cópia autenticada do seu instrumento constitutivo devidamente registrado no órgão competente (Junta Comercial ou Cartório de Registro de Pessoa Jurídica) no qual conste a adição ao nome empresarial das expressões “Microempresa” ou Empresa de Pequeno Porte”, ou suas respectivas abreviações “ME” ou “EPP” (art. 3º, caput e § 2º, daquela Instrução).

8.1.4.1 - O descumprimento do subitem 8.1.4 significará renúncia expressa e consciente, desobrigando a CPL de conferir ao licitante os benefícios da Lei Complementar 123/2006 aplicáveis ao presente certame;

8.1.4.2 - A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte é **única e exclusiva do licitante** que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

8.2. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de um licitante.

8.3. A não apresentação ou a incorreção do documento de credenciamento não impedirá o proponente de entregar os envelopes de proposta e de habilitação, mas o impedirá de manifestar-se no certame. No caso de “ME” ou “EPP”, estes não poderão se beneficiar das previsões da Lei 123/2006.

8.4. O representante responsabilizar-se-á pelos assuntos atinentes à participação da empresa neste procedimento licitatório, com poderes para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.5. Os documentos relativos ao credenciamento deverão ser apresentados antes do início do certame, **separadamente** dos envelopes “PROPOSTA DE PREÇOS” e “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”.

FL Nº 850 ✓
CPL PILAR

FL Nº 859 ✓
DIGO / CPL PILAR



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

9.0. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

- 9.1. A reunião, para recebimento e abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e o envelope da proposta de preço, será pública e dirigida pela Comissão Permanente de Licitações.
- 9.2. No dia, local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados ou seus representantes legais deverão proceder ao respectivo credenciamento, nos termos deste Edital.
- 9.3. Declarado aberto à sessão pela CPL, não serão admitidos novos proponentes dando-se início ao recebimento dos envelopes:
- 9.3.1. Do envelope de documentação para habilitação (ENVELOPE “A”);
- 9.3.2. Do envelope de documentação para proposta comercial (ENVELOPE “B”).
- 9.4. A indicação nos envelopes, caso esteja incompleta ou com algum erro de transcrição, desde que não cause dúvida quanto ao seu conteúdo ou não atrapalhe o andamento do processo não será motivo para exclusão do procedimento licitatório.
- 9.5. A impugnação de interessados contra ofertas e documentos apresentados pelos licitantes deverá ser feita nesta reunião, exclusivamente pelo representante legal credenciado para apresentar as empresas em nome das quais pretendam registrar a impugnação.

10.0 DOS PROCEDIMENTOS DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS

10.1. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

- 10.1.1. Os envelopes, opacos e rubricados, devidamente lacrados, deverão ser entregues pelo representante credenciado de cada licitante no dia, hora e local indicado no preâmbulo deste Edital.
- 10.1.2. Os envelopes deverão conter o nome e o endereço do licitante e o seguinte endereçamento:
- 10.1.2.1. ENVELOPE “A” – “HABILITAÇÃO”
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR/AL
Tomada de Preço n.º 02/2019
DIA 09/08/2019 ÀS 08:00 h (Horário Local)
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA OSEAS CARDOSO, MUNICÍPIO DO PILAR/AL.
Identificação do Licitante: (Razão Social, fone, fax, e-mail)
- 10.1.2.2. - ENVELOPE “B” – “PROPOSTA COMERCIAL”
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR /AL
Tomada de Preço N.º 02/2019
DIA 09/08/2019 ÀS 08:00 h (Horário Local)
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA OSEAS CARDOSO, MUNICÍPIO DO PILAR/AL.
Identificação do Licitante: (Razão Social, fone, fax, e-mail)
- 10.1.3. No verso de cada envelope (A e B) deverá constar o nome, o CNPJ ou CPF, e o endereço do licitante.
- 10.1.4. A CPL não receberá envelopes fora do prazo estipulado, nem poderá receber envelopes encaminhados pelo correio, sedex ou correlatos.

10.2. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 10.2.1. Para habilitação nesta Licitação, a licitante deverá apresentar:



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

10.2.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, e suas respectivas alterações, podendo ser substituída pela última alteração consolidada, devidamente registrado, na forma da lei, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, caso já tenha sido apresentada e juntada no credenciamento não se faz necessária nova apresentação;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;

10.2.1.2 HABILITAÇÃO TÉCNICA.

- Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, e suas respectivas alterações, podendo ser substituída pela última alteração consolidada, devidamente registrado, na forma da lei, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, caso já tenha sido apresentada e juntada no credenciamento não se faz necessária nova apresentação;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;
- CERTIDÃO DE REGISTRO DA EMPRESA** e de seus **RESPONSÁVEIS TÉCNICOS, devidamente válidos, no momento da licitação**, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, atualizados, em observância ao art. 69 da Lei Federal n.º 5.194/66 e art. 1º, inciso II, da Resolução nº 413/97 do CONFEA;
- Prova da empresa possuir no quadro funcional permanente profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras e/ou serviços de complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação, tudo devidamente atestado pelo CREA, ou através de certidões fornecidas pelo mesmo, da seguinte forma:

f.1) a prova da empresa possuir no quadro permanente, profissional de nível superior, será feita, em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação do contrato social e no caso de empregado, mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) **e/ou a comprovação da disponibilidade do profissional mediante contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil;**

f.2) a prova de que o profissional é detentor de responsabilidade técnica, será feita mediante apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, ou certidão do órgão;

f.3) Declaração de que o responsável técnico deverá apresentar no primeiro dia de início das obras a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de execução de obras.

g) A empresa que não apresentar qualquer um dos itens citados no item 10.2.1.1 resultará na sua INABILITAÇÃO.

f) Declaração de visita técnica ao local da obra expedido pelo responsável técnico da licitante ou representante da empresa. A presente declaração deverá ter como modelo sugerida o seguinte texto:

| |
|---|
| <p>Atestado de Visita</p> <p>Atesto para os devidos fins que a empresa _____, cadastrada com o CNPJ n.º _____, situada na _____, _____, _____, _____, _____, através do seu representante legal ou responsável técnico da empresa, fez a visita técnica da área onde será a Execução de serviços de engenharia civil para _____ neste município de _____/AL.</p> <p>_____, ____ de _____ de 2____.</p> <p style="text-align: center;">Representante Legal e/ou responsável da Empresa</p> |
|---|

10.2.1.3 APTIDÃO ECONÔMICA, FINANCEIRA E FISCAL DA EMPRESA SERÁ VERIFICADA:

- Balço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, apresentando o Termo de abertura e Termo de encerramento;

a-1) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

a-2 Comprovação da situação financeira da empresa constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (L.G), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) **iguais ou maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:**

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}};$$

- b) Apresentação, na data da abertura dos documentos de Habilitação de **GARANTIA DE PROPOSTA**, no percentual de 1% do valor estimado da contratação, que é de R\$ 13.282,93 (treze mil duzentos e oitenta e dois reais e noventa e três centavos), na forma do art. 31, III da Lei nº 8.666/93. A **GARANTIA DE PROPOSTA** poderá se dar da seguinte forma:
- b.1. Caução em dinheiro ou título da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária;
 - b.1.1. Se a empresa optar pela Caução em dinheiro deverá apresentar junto ao envelope de Habilitação o comprovante de depósito, a ser creditada na Conta do Município de Pilar: Banco: Caixa Econômica Federal; Agência: 2049 Operação 013 Conta 4951-9;
 - b.1.2. A Garantia de Proposta tem o objetivo de proteger a Entidade de Licitação contra atos ou omissões da Licitante arrolados abaixo:
 - b.1.3. Caso a Licitante retire sua proposta durante o período de validade definido no Edital e na Garantia de Proposta, e
 - b.1.4. Se a Licitante vencedora deixar de assinar o Contrato ou não apresentar a Garantia de Execução Contratual.
 - b.2. Caso a Licitante apresente a garantia por meio de fiança bancária deverá utilizar o modelo constante do **Anexo IV**.
 - b.3. Fiança bancária ou seguro-garantia deverão estar contidos no Envelope n. A.
 - b.4. A Garantia de Proposta das Licitantes não vencedoras ser-lhes-á restituída no prazo de até 30 (trinta) dias, contado a partir da homologação da adjudicação.
 - b.5. A Garantia de Proposta das Licitantes inabilitadas ser-lhes-á restituída no prazo de 30 (trinta) dias contado a partir do encerramento da fase de habilitação; no caso de interposição de recurso o prazo de devolução será contado a partir do julgamento definitivo dos recursos.
 - b.6. A Garantia de Proposta da Licitante vencedora será liberada quando assinado o Contrato, mediante apresentação da Garantia de Execução Contratual.
 - b.7. Em caso de ser apresentada a Garantia de Proposta na forma de fiança bancária ou seguro garantia, o prazo de vigência do seguro deverá abranger o prazo de até 60 (sessenta) dias contados do dia da abertura da primeira sessão do certame.**
- c) Certidão Cível que contemple a certidão negativa de falências, concordatas e recuperação judicial expedida pelo cartório de distribuição da **sede** do licitante e/ou da capital, no caso da empresa ser sediada no Estado de Alagoas (Resolução do TJ/AL), dentro do prazo de validade na data da realização da licitação.
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, conjunta a Certidão Negativa quanto a Dívida Ativa da União, com validade na data de realização da licitação.
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da licitante, com validade na data de realização da licitação:



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

- f) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal da sede da licitante, com validade na data de realização da licitação.
- g) Prova de Regularidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços, através de:
- g-1) INSS - Certidão Negativa de Débitos – CND, com validade na data de realização da licitação;
- g.2) FGTS – Certidão de Regularidade de Situação - CRS fornecido pela Caixa Econômica Federal, com validade na data de realização da licitação.
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT
- i) Declaração de inexistência de fato impeditivo, conforme **ANEXO** deste Edital;
- j) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, e somente a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei Fed. nº 9.854/99), conforme **ANEXO** deste Edital;

10.2.1.3.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das Microempresas e Empresas de pequeno porte, assim definidas no Capítulo II, da Lei Complementar nº 123/06, será assegurado a essas empresas o prazo de cinco (05) dias úteis, contando do momento em que a licitante beneficiado for declarado vencedor do respectivo certame, prorrogáveis por igual período, a critério da CPL, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

10.2.1.3.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no neste Edital.

10.2.1.3.3 O Presidente da CPL poderá consultar diretamente as páginas dos órgãos emissores na internet, para confirmação da regularidade, se for o caso, bem como, a própria licitante apresentar a regularidade na sessão.

10.2.1.4. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo em virtude de força maior ou caso fortuito, aceitável a juízo da CPL.

10.2.2. No caso de a licitante possuir filiais, a documentação apresentada deverá referir-se apenas a uma das filiais ou apenas à matriz, salvo disposição em contrário, sendo que a contratação será realizada com a pessoa jurídica que apresentou a documentação.

10.2.3. Não serão aceitas, sob qualquer alegação, ainda que antecipadamente, documentação incompleta para posterior complementação, nem documentação por transmissão via fac-símile (fax).

10.2.4. A empresa que não apresentar qualquer um dos subitens citados no item **10.2** resultará na sua INABILITAÇÃO, salvo declarações que possam ser feitas pelo próprio punho pelo representante da empresa.

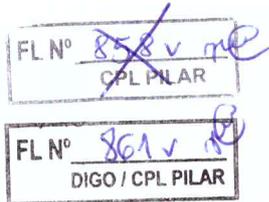
10.2.5. No caso de empresas que estejam em recuperação judicial e extrajudicial, as mesmas deverão apresentar:

10.2.5.1 Documentos que demonstre seu Plano de Recuperação, já homologado pelo Juízo competente e em plena vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeiras estabelecidos no Edital;

10.2.5.2 O Pregoeiro e a Comissão de Apoio poderão promover diligências junto ao Poder Judiciário, para a obtenção de informações atualizadas quanto ao bom andamento do plano de recuperação.

10.3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

10.3.1. A proposta comercial deverá ser apresentada em 01 (uma) via, em papel timbrado, rubricada e assinada pelo representante legal da licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, no idioma português, ressalvada as expressões técnicas, devidamente encadernada e numerada, e conter obrigatoriamente os seguintes componentes:



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

10.3.1.1. Carta-Proposta constante, necessariamente, os seguintes elementos:

1. Preço global da proposta, em algarismo e por extenso, de acordo com a planilha orçamentária com preços da empresa, expresso em real (Preços unitários e global).
2. Apresentar Composição de Custo Unitário;
3. Apresentar Cronograma Físico- Financeiro;
4. Apresentar composição de BDI;
5. Apresentação da tabela de encargos sociais é facultativa;
6. **TODOS OS DOCUMENTOS REFERENTES À PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE "B") DEVEM SER APRESENTADOS, ALÉM DE IMPRESSOS E DEVIDAMENTE ASSINADOS, TAMBÉM EM MÍDIA DIGITAL GRAVADO EM CD- R OU DVD-R NO FORMATO .XLS (EXCEL).**

10.3.1.2. Declaração de que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas diretas, indiretas e qualquer outra necessária à total e perfeita execução das obras e serviços objeto desta licitação, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pela PREFEITURA salvo se decorrente de projeto, obra ou serviço não incluído neste edital.

10.3.2. No sentido de facilitar o processo de avaliação das propostas, a licitante deverá apresentar sua proposta descrevendo as características do objeto na mesma sequência do especificado neste Edital e onde for aplicável;

10.3.3. A PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE PILAR/AL se reserva o direito de auditar as informações sobre capacidade e características dos produtos ofertados pela licitante, através de diligências, pesquisas na Internet e/ou em outros materiais publicados pelo fabricante dos produtos ofertados.

10.3.4. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas.

10.3.5. Será desclassificada a proposta elaborada em desacordo com os termos deste Edital e seus Anexos ou que se opuser a qualquer dispositiva legal vigente.

10.3.6. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

10.3.7. Após a abertura das propostas não serão admitidos pedidos de cancelamento, retificação de preços ou de quaisquer outras condições oferecidas.

10.4 DO JULGAMENTO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

10.4.1. Os envelopes de habilitação e propostas serão recebidos simultaneamente pela CPL na data, hora e local indicados neste Edital, onde somente os receberá pessoalmente pelos representantes das empresas credenciados.

10.4.2. Lavrar-se-á ata circunstanciada de todas as sessões que se realizarem, onde se mencionarão todas as ocorrências, inclusive as propostas apresentadas, reclamações e impugnação formuladas que possam, direta ou indiretamente, interessar ao julgamento da licitação. As respectivas atas deverão ser assinadas pelos membros da CPL e demais licitantes presentes.

10.4.3. Não serão objeto de exame ou deliberação os fatos ou alegações não pronunciadas até o encerramento de cada sessão, bem como as que não forem inseridas nas respectivas atas, não cabendo, conseqüentemente, aos ausentes o direito de qualquer reclamação.

10.4.4. Após a fase de credenciamento será procedida à abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação na mesma data designada, que serão rubricadas pela CPL e os LICITANTES presentes.

10.4.4.1. Quando analisados os documentos de habilitação, a CPL abrirá prazo de 5 (cinco) dias uteis contados da lavratura da ata da sessão para recurso na forma do art. 109 da Lei nº 8.666/93, quando, e somente quando transcorrido esse prazo, **serão abertos os** envelopes contendo os preços que deverão ser rubricados por todos os presentes, permanecendo inviolados e sob guarda da CPL, SALVO expressa aceitação de todos os presentes de que renunciarão a intenção de RECORRER.

10.4.5. Após o exame e julgamento dos Documentos de Habilitação, que poderá ocorrer na mesma data ou em outra sessão, a critério da CPL, será comunicado o resultado da fase habilitatória, e convocadas às empresas habilitadas para a fase seguinte do certame.



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

10.4.6. Será inabilitada a LICITANTE cuja documentação for apresentada incompleta ou irregular, nas formas das exigências deste instrumento. Assim, será devolvido o envelope de Preço dos licitantes inabilitados quando decorrido os prazos legais sem interposição de recursos, tenha havido desistência expressa ou após sua denegação.

10.4.7. Após fase de habilitação não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela CPL.

10.4.8. Na data, Hora e local designado pela Comissão Permanente de Licitação será procedida à abertura dos envelopes contento as Propostas de Preços das Licitantes habilitadas, anunciando os preços globais ofertados, e rubricado todo o seu conteúdo pela comissão e pelos representantes das empresas.

10.4.9. A Comissão Permanente de Licitação examinará as Propostas para determinar se estão completas, se há erros de cálculos, se todos os documentos foram devidamente assinados, e se todas as propostas estão, de maneira geral, adequadas às exigências deste Edital e legislação aplicável.

10.4.10. Erros aritméticos serão retificados da seguinte forma:

(a) se houver discrepância entre os preços unitários e o preço total, o qual é obtido pela multiplicação dos preços unitários pela quantidade, o preço unitário prevalecerá, e o preço total será corrigido.

(b) se houver discrepância entre os valores numéricos e seus correspondentes por extenso, prevalecerão os valores escritos por extenso.

10.4.11 Se o Licitante não aceitar a correção de tais erros, sua proposta será desclassificada.

10.4.12. Antes da avaliação detalhada, a Comissão Permanente de Licitação verificará a adequação substancial de cada Proposta aos termos do Edital para a finalidade desta Cláusula. **Uma Proposta será determinada substancialmente adequada caso atenda a todos os termos, condições e especificações do Edital sem quaisquer ressalvas ou desvios veículos.** Desvios ou ressalvas veículos são aqueles que afetam de maneira substancial o escopo, a qualidade, ou o desempenho dos bens, ou que sejam inconsistentes com o Edital, restrinjam os direitos da Municipalidade ou as obrigações do Licitante, e cuja retificação afetaria injustamente a posição competitiva de outros Licitantes que tenham apresentado Propostas adequadas ao Edital. A determinação de adequação de uma Proposta pelo Município será baseada no conteúdo da mesma, sem considerar evidências extrínsecas.

10.4.13. Uma Proposta considerada inadequada será desclassificada pela Comissão Permanente de Licitação e não poderá ser alterada posteriormente pelo Licitante, com o objetivo de adequar a Proposta com os Termos do Edital.

10.4.14 A Comissão Permanente de Licitação **poderá relevar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância encontrada em uma Proposta que não represente desvio ou ressalva substancial e desde que isso não prejudique ou afete o caráter competitivo da licitação, ou o princípio da igualdade entre os licitantes. Art. 3º.**

10.4.15 Os valores globais máximos fixados para execução dos serviços discriminados são os constantes no anexo I ("Valor da Obra R\$"), em conformidade com as planilhas orçamentárias fornecidas pelo Município, nos termos do inciso X do art. 40 da Lei nº 8.666/93, modificado pela Lei nº 9.648/98. Os preços unitários não poderão exceder os preços unitários constantes da planilha, sob pena de desclassificação.

10.4.16 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital e as propostas com valor global superior ao fixado/orçado pela Administração consoante o disposto no item anterior.

10.4.17. Analisadas as propostas, verificando-se o descumprimento de requisitos estabelecidos no Edital, serão desclassificadas, também, as que:

10.4.17.1. Forem elaborados em desacordo com os termos deste Edital, com omissões, rasuras, erros substanciais. Ressalvamos que erros formais e materiais, considerados aqueles de fácil constatação e resolução, NÃO serão objeto de desclassificação. **(Exemplo: falta de assinatura de um representante da empresa, preços unitários para o mesmo insumo ou serviço diferente, mas que possa ser alterado sem que o valor global apresentado seja alterado).**

10.4.17.2. Apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado;

10.4.17.2.1 Para efeito de análise da exequibilidade das propostas, a CPL aplicará a regra do art. 48, §1º da Lei nº



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

8.666/93.

10.4.17.4. Apresentarem preços irrisórios ou de valor zero, salvo se a empresa expressamente se comprometer a executar os serviços.

10.4.17.5. Apresentarem proposta alternativa ou baseada na proposta de outros licitantes.

10.4.18. Constatado o atendimento pleno às exigências editalíssimas, será declarado o licitante vencedor aquele que oferecer o menor preço global, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital, pela CPL, caso não verificada a hipótese de recurso administrativo.

10.4.19. No caso de empate entre 02 (duas) ou mais propostas iniciais, realizar-se-á o sorteio, em sessão pública.

10.4.20. O resultado do julgamento das propostas será divulgado, caso necessário, no quadro de aviso da Prefeitura e, se possível, no Diário Oficial.

11.0 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 A adjudicação e homologação do objeto serão realizadas, após deliberação, pelo Chefe do poder Executivo.

11.2. No julgamento das propostas, a CPL levará em conta, no interesse da Administração Pública, o critério do menor preço global.

11.3. Após a adjudicação ao vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o procedimento será submetido à Autoridade Superior, para homologação e contratação.

12.0 DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1. Até 02 (dois) dias úteis, 48 (quarenta e oito) horas, antes da data fixada para recebimento das propostas qualquer representante legal de empresa devidamente autorizado, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório da Concorrência; devendo entregar, na entidade que promove a licitação, o ato de impugnação devidamente assinado pelo representante legal da interessada.

12.1.1. Caberá a CPL decidir sobre a petição em até 24 (vinte e quatro) horas.

12.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13.0 DO REAJUSTE

13.1. Os preços manter-se-ão inalterados pelo período de 01 (um) ano, na forma da Lei n.º 9.069/95, a contar da assinatura do contrato. Após este período, os mesmos serão reajustados na periodicidade e com base na variação do INCC – Índice Nacional da Construção Civil, coluna 35 da FGV, através da seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{I.1 - I.0}{I.0}$$

Onde:

R – Reajustamento Procurado;

V – Valor contratual das obras e serviços a serem reajustados;

I.1 – Índice relativo ao da data de aniversário da proposta;

I.0 – Índice correspondente à data da apresentação da proposta.

14.0 DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento se fará no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da Nota Fiscal/Fatura na Sede da Administração do Município de PILAR/AL.

14.2. As medições serão parciais e os pagamentos serão efetuados mensalmente, com base nos valores apurados em medições dos serviços efetivamente executados no período, conforme cronograma, e nos preços unitários constantes do contato.



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

14.3. As faturas serão, obrigatoriamente, acompanhadas das respectivas folhas de medição e memória de cálculo de quantitativos que conterão o visto da fiscalização.

14.4. Ao requerer o pagamento da primeira medição a CONTRATADA deverá anexar a comprovação de registro do Contrato junto ao CREA, nos termos da Resolução n.º 257 de 19.09.78 do CONFEA, sob pena de não receber o pagamento da referida medição.

14.5. A CONTRATADA deverá apresentar, ainda, por ocasião de cada pagamento, a Certidão Negativa de Débito do INSS, o Cadastro Específico do INSS – CEI (caso tenha sido retirado) e o Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS, válidos na época. Será, ainda, exigida cópia autenticada das guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações a Previdência Social – GFIP, com respectiva relação dos empregados.

14.6 A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito do INSS (CND) e do Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS, ou sua irregularidade, não acarretará retenção do pagamento, sendo, no entanto, imediatamente comunicada quanto à apresentação de tal documento em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis. A não-apresentação do CEI será motivo para a glosa do pagamento.

14.7 Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

14.8 Concomitantemente à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará a ocorrência ao INSS, no caso de CND e do CEI a Caixa Econômica Federal, no caso do CRF.

14.9 A nota fiscal deverá ser fornecida com o mesmo CNPJ da empresa contratada.

14.10. Os serviços e obras objeto da licitação deverão estar dentro das especificações admitidas e deverá ser entregue no prazo máximo estipulado no item 3.7 deste instrumento, de forma parcial ou total, a critério da Administração. Ainda que recebido em caráter definitivo, **subsistirá a responsabilidade legal do adjudicatário pela qualidade do objeto fornecido.**

14.11. O embargo do recebimento definitivo do objeto por parte da Administração não implica dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso, não acarretando ônus para a Administração.

14.11.1. Findo este prazo serão aplicadas às sanções previstas neste ato convocatório e na legislação pertinente.

14.12 Caso o objeto deste Contrato seja recusado e/ou o documento fiscal apresente alguma incorreção, será considerado como não entregue e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização, observado o prazo disposto neste Contrato, para pagamento.

14.13 Nas situações onde a CONTRATADA não comprovar a isenção das tributações elencadas nas alíneas *a* a *d* abaixo relacionadas, a CONTRATANTE poderá efetivar a retenção na fonte nos pagamentos efetuados, para produtos e serviços, sobre os seguintes impostos e contribuições: Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ; Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL; Contribuição Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS; Programa de Integração Social – PIS/PASEP.

14.13.1 A retenção será efetuada aplicando-se a alíquota legalmente prevista.

14.14 Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação *pro rata tempore* do IGPM (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que o mesmo for efetivado.

14.15 A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero.

14.16 Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

- 15.1.** A execução do objeto reger-se-á pelo Capítulo III - Seção IV - Da Execução dos Contratos, da Lei nº 8.666/93.
- 15.2.** A inexecução total ou parcial do objeto ensejará sua rescisão com as consequências contratuais previstas em Lei, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93, reconhecendo desde já a empresa licitante os direitos da Administração previstos no artigo 55, inciso IX, da referida Lei.

16.0 DOS RECURSOS

- 16.1.** Declarado o vencedor e ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas alegações, e das contrarrazões dos demais licitantes, quando lhe será concedido o prazo de 05 (cinco) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 16.2.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante implicará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela CPL ao vencedor.
- 16.3.** Qualquer recurso contra a decisão da CPL terá efeito suspensivo.
- 16.4.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 16.5.** A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata.
- 16.6.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no horário de expediente da Comissão de Licitação, devendo o interessado requerer por escrito com antecedência mínima de um dia útil.
- 16.7.** Caso a CPL não reconsidere sua decisão, quanto ao recurso administrativo eventualmente interposto, este recurso, devidamente informados, será levado à consideração da autoridade superior competente que proferirá decisão definitiva, procedendo à Adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor e à homologação do procedimento.

17.0 DA RESCISÃO

- 17.1.** A rescisão das obrigações decorrentes do presente instrumento processar-se-á de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.666/93, em seus artigos 77 a 80.

18.0 DA FISCALIZAÇÃO

- 18.1.** As obras e serviços serão fiscalizados por técnicos da PREFEITURA que serão credenciados pelo Secretário Municipal competente, aos quais a CONTRATADA deverá facilitar o pleno exercício de suas funções.

19.0 GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 19.1** Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, da ordem de 5 % (cinco) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.
- 19.2** A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.
- 19.3** Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco) do valor do Contrato.
- 19.4** Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.
- 19.5** A garantia deverá ter prazo de vigência vinculada a vigência do contrato, devendo ser renovada em caso de celebração de aditivo, complementada em caso de aumento de valor do contrato na forma do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

20.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

- 19.1. O preço global estimado para os objetos deste certame seletivo encontra previsto em planilha, anexo deste Edital.
- 19.2. A CPL poderá negociar, exclusivamente, com a Licitante que oferecer o menor preço, no que tange à redução de preços unitários, o qual deverá confirmar expressamente se aceitar ou não tal negociação, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 19.3. **A presente licitação, no interesse da Administração, poderá ser adiada, revogada ou anulada, sempre em despacho fundamentado, conforme o artigo 49 da Lei nº 8.666/93, sem que disso decorra para as Licitantes qualquer direito de indenização ou ressarcimento.**
- 19.4. As licitantes ficam cientes de que é reservado à Administração o direito de apresentar redução ou acréscimo, no volume dos quantitativos de fornecimento, até o limite previsto no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à licitante vencedora o direito a qualquer reclamação.
- 19.5. **As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.**
- 19.6. **Na contagem dos prazos estabelecidos para este procedimento licitatório, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, só se iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente no Município de Pilar/AL e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.**
- 19.7. A intimação e divulgação do julgamento das fases desta licitação serão por comunicação direta ou por escrito aos interessados, exceto no caso de revogação ou anulação que será ciência por publicação oficial.
- 19.8. A eventual tolerância a qualquer infração ao disposto neste instrumento não implicará aceitação, novação ou precedente.
- 19.09. Os casos omissos serão decididos, conforme o caso, pela CPL ou Autoridade Competente, com base na legislação vigente.
- 19.10. Ao receber o Edital a licitante deverá declarar o endereço em que recebe notificações, n.º do fax, e-mail, obrigando-se a comunicar qualquer mudança posterior, sob pena de reputar-se válida a notificação encaminhada ao endereço e/ou fax fornecido.
- 19.11. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados, deverão estar datados dos últimos sessenta (60) dias até a data de recebimento dos envelopes, quando não tiver prazo de validade estabelecido pelo órgão competente expedidor, excetuando-se os atestados de capacidade técnica.
- 19.12. **A presidente poderá relevar omissões meramente formais, desde que não reste infringido o princípio de vinculação a este Edital nos termos da legislação pertinente e ainda poderá consultar informações e certidões pela internet, sempre visando ampliar a competitividade.**

20.0 DOS ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL

20.1 - São partes integrantes deste Edital:

- | | |
|------------------|--|
| ANEXO I | Projeto Básico; Especificações Técnicas Plantas/Desenhos Planilha Orçamentária. |
| ANEXO II | Modelos de Declarações; |
| ANEXO III | Minuta de Contrato |
| ANEXO IV | Modelo de Carta de Fiança Bancária para Garantia da Proposta e/ou Execução de proposta contratual. |

Pilar/AL, 24 de julho de 2019.

Roseane Soares Camelo
Presidente da CPL



Prefeitura do Município do Pilar
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO I

Projeto Básico;
Especificações Técnicas
Plantas/Desenhos
Planilha Orçamentária

(DISPONIBILIZADO EM CD)



Prefeitura do Município do Pilar
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

| | |
|-------------------------------------|----------------|
| Razão Social da Licitante: | CNPJ: |
|-------------------------------------|----------------|

1. DECLARAÇÕES:

1.1. A licitante **DECLARA**, expressamente que está de acordo com todas as normas e condições deste Edital de Tomada de Preço e seus Anexos;

1.2. A licitante **DECLARA**, que o prazo de validade da Proposta de Preços, que não será inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação;

1.3. A licitante **DECLARA**, que estão incluídas nesta Proposta de Preços, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.

1.5. A licitante **DECLARA**, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem FATOS IMPEDITIVOS para sua habilitação no processo licitatório, modalidade Tomada de Preço nº xxx/2019, realizado pelo Município de PILAR, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

1.6. A licitante **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Fed. no 8.666, de 21.06.1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27.10.1999, regulamentada pelo Decreto n. 4.358, de 05.09.2002, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, nos termos do Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99)

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

Obs.: se a licitante possuir maiores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

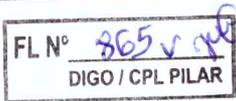
1.7. A licitante **DECLARA**, que acatará o pagamento da Administração conforme o item 14. deste Edital, ao tempo que indica os dados bancários da licitante:

| | | |
|----------------|------------------|----------------------|
| BANCO | AGÊNCIA | Nº DA CONTA |
|----------------|------------------|----------------------|

_____/AL, de de xxxxxxxx

.....

Representante legal da Licitante



É pra fazer. É pra cuidar.

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO POR PREÇO GLOBAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE PILAR/AL E A EMPRESA.....

Pelo presente instrumento, de um lado **O MUNICÍPIO DE PILAR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 12.200.150/0001-28, com sede administrativa na Praça Floriano Peixoto, s/n, Centro, Pilar/AL, neste ato representado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, **RENATO RESENDE ROCHA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito sob o CPF de nº 524.759.954-20, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa XXXXXXXXXX, sediada à XXXXXXXXXX inscrita no CNPJ sob nº XXXXXX, Inscrição Estadual nº XXXXXXXXXX, neste ato representada por seu Procurador, Sr. XXXXXX, RG nº XXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXX, doravante designada **CONTRATADA**, mediante as cláusulas e condições do edital de Tomada de Preço nº xx/2019 e seus anexos e pela Lei n. 8.666/93 e suas alterações estabelecidas nas Leis Federais 8.883/94 e 9.648/98 nos procedimentos para licitação, acordam o presente contrato, de acordo com o que segue:

I. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 A presente Licitação tem como objetivo a execução de serviços **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA OSEAS CARDOSO, MUNICÍPIO DO PILAR/AL**, conforme especificações inseridas no anexo I deste instrumento.
- 1.2 As obras e serviços deverão atender as normas, especificações e métodos da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

2.1. Para todo e qualquer efeito jurídico, constituem partes integrantes e indissociáveis do presente contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

- a) Edital de Tomada de Preço nº xx/2019 e seus anexos;
- b) Proposta Comercial da CONTRATADA.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DO LOCAL DE ENTREGA

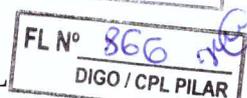
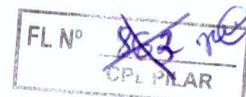
- 3.1. o objeto da licitação será recebido por uma comissão de técnicos da Secretaria Municipal de competente, devidamente designado.
- 3.2. O recebimento dar-se-á mediante termos de recebimento, provisório e definitivo, na forma prevista no contrato.
- 3.3. O objeto da presente licitação somente será recebido, após atendimento de todas as condições estabelecidas neste Edital e demais documentos que o integram.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O VALOR – O valor global deste contrato é R\$ _____ (_____)

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento se fará no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da Nota Fiscal/Fatura na Sede da Administração do Município de PILAR/AL
- 5.2. As medições serão parciais e os pagamentos serão efetuados mensalmente, com base nos valores apurados em medições dos serviços efetivamente executados no período, conforme cronograma, e nos preços unitários constantes do contato.
- 5.3. As faturas serão, obrigatoriamente, acompanhadas das respectivas folhas de medição e memória de cálculo de quantitativos que conterão o visto da fiscalização.



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

5.4. Ao requerer o pagamento da primeira medição a CONTRATADA deverá anexar a comprovação de registro do Contrato junto ao CREA, nos termos da Resolução n.º 257 de 19.09.78 do CONFEA, sob pena de não receber o pagamento da referida medição.

5.5. A CONTRATADA deverá apresentar, ainda, por ocasião de cada pagamento, a Certidão Negativa de Débito do INSS, o Cadastro Específico do INSS – CEI (caso tenha sido retirado) e o Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS, válidos na época. Será, ainda, exigida cópia autenticada das guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações a Previdência Social – GFIP, com respectiva relação dos empregados.

5.6. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito do INSS (CND) e do Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS, ou sua irregularidade, não acarretará retenção do pagamento, sendo, no entanto, imediatamente comunicada quanto à apresentação de tal documento em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis. A não-apresentação do CEI será motivo para a glosa do pagamento.

5.7. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

5.8. Concomitantemente à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará a ocorrência ao INSS, no caso de CND e do CEI a Caixa Econômica Federal, no caso do CRF.

5.9. A nota fiscal deverá ser fornecida com o mesmo CNPJ da empresa contratada.

5.10. Os serviços e obras objeto da licitação deverão estar dentro das especificações admitidas e deverá ser entregue no prazo máximo estipulado no item 3.7 deste instrumento, de forma parcial ou total, a critério da Administração. Ainda que recebido em caráter definitivo, **subsistirá a responsabilidade legal do adjudicatário pela qualidade do objeto fornecido.**

5.11. O embargo do recebimento definitivo do objeto por parte da Administração não implica dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso, não acarretando ônus para a Administração.

5.11.1. Findo este prazo serão aplicadas às sanções previstas neste ato convocatório e na legislação pertinente.

5.12. Caso o objeto deste Contrato seja recusado e/ou o documento fiscal apresente alguma incorreção, será considerado como não entregue e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização, observado o prazo disposto neste Contrato, para pagamento.

5.13. Nas situações onde a CONTRATADA não comprovar a isenção das tributações elencadas

nas alíneas *a* e *d* abaixo relacionadas, a CONTRATANTE poderá efetivar a retenção na fonte nos pagamentos efetuados, para produtos e serviços, sobre os seguintes impostos e contribuições:
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ;

Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL;

Contribuição Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS;

Programa de Integração Social – PIS/PASEP.

5.13.1 A retenção será efetuada aplicando-se a alíquota legalmente prevista.

5.14. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação *pro rata tempore* do IGPM (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que o mesmo for efetivado.

5.15. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero.

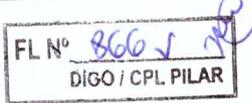
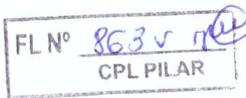
5.16. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO ORÇAMENTÁRIA

6. A presente despesa correrá por conta:

| | |
|--|--|
| Órgão: | Secretaria Municipal de Educação e Cultura |
| Unidade: | Secretaria Municipal de Educação e Cultura |
| Classificação Funcional Programática: | 12.361.0002.3015 – Reforma e Ampliação de Unidades da Educação Básica. |
| Elemento de Despesa: | 3.4.4.9.0.51.00.00.00.000 – Obras e Instalações |

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

- 7.1. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante todo o período de vigência deste contrato;
- 7.2. Proceder com o pagamento das despesas com pessoal, as naturezas fiscais, os encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, como também cumprir a legislação vigente no que diz respeito a segurança, higiene e medicina do trabalho;
- 7.3. Fornecer a CONTRATANTE a nota fiscal objeto deste contrato e demais documentos necessários ao pagamento, nos prazos e termos descritos neste Edital e seus ANEXOS;
- 7.4. Planejamento da construção do objeto do certame nos seus aspectos administrativos e técnicos mantendo o canteiro de obras instalações necessárias para pessoal, materiais e equipamentos, bem como o local adequado para fiscalização;
- 7.5. Colocar na direção geral da construção, com presença permanente na obra, profissional devidamente habilitado, cuja nomeação e substituição deverá ser comunicada, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 7.6. Responder, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução deste contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 7.7. Instalar a placa, conforme modelo sugerido pela CONTRATANTE, alusiva ao responsável técnico, natureza das obras e serviços, os recursos e entidade financeira, colocando-a em local bem visível, determinado pela fiscalização.
- 7.8. Conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estabelecido;
- 8.2. Fiscalizar a execução deste contrato e subsidiar a CONTRATADA com informações e/ou comunicações úteis ou necessárias ao seu melhor e fiel cumprimento.

9. CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. A aplicação de penalidades à licitante vencedora reger-se-á conforme o estabelecido na Seção II do capítulo IV - Das Sanções Administrativas da Lei nº 8.666/93.
 - 9.1.1. Caso a empresa vencedora se recuse a executar o objeto contratado, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sendo-lhe aplicada, isolada ou cumulativamente:
 - a) advertência, por escrito;
 - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global da contratação;
 - c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
 - d) Fica assegurada à Administração a proceder com a execução da garantia contratual no percentual de 5% do valor da contratação, em caso de descumprimento parcial ou total da obrigação assumida bem como, nos casos de aplicação de multa moratória na forma do item 9.3 e em caso de rescisão contratual na forma da lei e nos casos previstos neste instrumento de contrato na forma do item 9.4 e 9.4.1
 - 9.2. A licitante que deixar de entregar, no todo ou em parte, a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
 - 9.3. Fica estipulado o percentual de 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) sobre o valor global contratado a título de mora, por dia de atraso no cumprimento de qualquer prazo previsto neste instrumento contratual, independentemente da notificação prevista no subitem 9.1.1 "a" deste contrato;
 - 9.3.1. Caso a CONTRATADA não possa cumprir os prazos estipulados, deverá apresentar justificativa por escrito, nos casos previstos nos incisos II e V do parágrafo 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, até o vencimento do prazo de entrega do objeto, ficando a critério da CONTRATANTE a sua aceitação;
 - 9.3.2. Vencido(s) o(s) prazo(s), a CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA comunicando-a da data-limite.
 - 9.3.2.1. A partir dessa data, considerar-se-á recusa, sendo-lhe aplicada a sanção de que trata o subitem 9.4.



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

9.4. Pela inexecução total da obrigação, a CONTRATANTE rescindirá o contrato e aplicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

9.4.1. Em caso de inexecução parcial da obrigação será aplicado o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato.

9.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações da CONTRATANTE pela CONTRATADA serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor da CONTRATANTE, ou cobradas judicialmente.

9.6. Se a CONTRATADA inadimplente não tiver valores a receber da CONTRATANTE, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.

9.7. A aplicação de multas, bem como a rescisão de contrato, não impedem que a CONTRATANTE aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

9.8. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento contratual será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.

9.9. Em qualquer caso que importe valores, seja em relação a multas ou rescisão do contrato administrativo a garantia de execução contratual prestada pelo contratado será utilizada em favor dos prejuízos obtidos pela administração durante a execução do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. A Execução do Contrato reger-se-á pelo Capítulo III - Seção IV - Da Execução dos Contratos, da Lei nº 8.666/93.

10.2. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão com as conseqüências contratuais previstas em Lei, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93, reconhecendo desde já a CONTRATADA os direitos da Administração previstos no artigo 55, inciso IX, da referida Lei.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA COBRANÇA JUDICIAL

11.1. As importâncias devidas pela CONTRATADA serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato, título executivo extrajudicial, ressalvada a cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

12.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do extrato no Diário Oficial, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, §1º da Lei nº 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO DA LICITAÇÃO

13.1. O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Tomada de Preço nº xx/2019, ao qual se vincula, bem como, aos termos da proposta de preços da CONTRATADA, que faz parte integrante desta avença como se transcrito fosse e respectivos anexos do processo administrativo nº _____/2019.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO DA LICITAÇÃO

14.1. A gestão deste Contrato será feita:

14.2. Por parte da CONTRATANTE:

NOME DO GESTOR(A):

CARGO:
TELEFONE:

14.2. Por parte da CONTRATADA:

NOME DO GESTOR:
TELEFONE:
FAX:
E-MAIL:

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

FL N° 864 v. nº
CPL PILAR

FL N° 867 v. nº
DIGO / CPL PILAR



É pra fazer. É pra cuidar.

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

15.1. A CONTRATADA e a CONTRATANTE respondem integralmente, sem qualquer ordem de preferência, pela perfeita execução das cláusulas ajustadas, até o fiel cumprimento do presente contrato.

15.2. Qualquer omissão ou tolerância de uma das partes, no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato ou no exercer qualquer prerrogativa dele decorrente, não constituirá renovação ou renúncia e nem afetará o direito das partes de exercê-lo a qualquer tempo.

15.3. As disposições complementares que não criarem ou alterarem direitos ou obrigações das partes serão formalizadas através de acordos epistolares, assinados por seus representantes credenciados.

15.4. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto deste contrato, até o limite estabelecido na Lei 8.666/93 e suas alterações.

15.5. O preço acordado neste contrato será fixo e irrevogável durante a vigência contratual.

15.6. A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a vigência contratual, em compatibilidade pelas obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório que deu origem a esta contratação.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

16.1. O foro para dirimir qualquer dúvida que – direta ou indiretamente – seja oriunda do presente instrumento contratual é o da comarca da cidade de PILAR/Alagoas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem as partes de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual valor, teor e forma para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas, fazendo tudo por bom, firme e valioso, por si e por seus sucessores, a qualquer título, e respondendo pela veracidade e legalidade dos atos aqui praticados, a qualquer tempo e em qualquer lugar.

Município de PILAR (AL), de de xxxxx



Prefeitura do Município do Pilar
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO IV

MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DE PROPOSTA E/OU EXECUÇÃO CONTRATUAL CARTA FIANÇA N°

BANCO _____

À Prefeitura Municipal de Pilar (AL).

REF.: FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DE PROPOSTA E/OU EXECUÇÃO CONTRATUAL

Prezados Senhores:

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, o Banco _____ com domicílio nesta Capital, na _____, n° _____ inscrito no CNPJ/MF n° _____, por seus representantes legais, abaixo assinados, declara-se fiador e principal pagador da empresa/do consórcio _____ com domicílio _____, n° _____ na cidade _____ inscrita(o) no CNPJ/MF n° _____ até o limite de R\$ _____ (extenso), para efeito de garantir o cumprimento das obrigações do Contrato N° _____, decorrente do processo licitatório Tomada de Preço N° xx/2019, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA OSEAS CARDOSO, MUNICÍPIO DO PILAR/AL.**

A fiança, ora concedida, assegura a garantia necessária à **Proposta e/ ou Execução** do contrato correspondente, por parte da empresa afiançada, inclusive no prazo em que for convocada pelo Município de Pilar para a sua assinatura, e o valor da fiança presentemente concedida poderá ser recebido por essa empresa, a qualquer tempo, independentemente de autorização da afiançada, de ordem judicial ou extrajudicial, ou ainda, de qualquer prévia justificação, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da solicitação, feita por escrito pelo Município de Pilar (AL).

Este Banco renúncia, expressamente, aos benefícios estatuídos no artigo 827 do Código Civil Brasileiro, e declara sob as penas da Lei que:

- Está legal e estatutariamente autorizado a assinar a presente Carta de Fiança.
- Esta fiança acha-se devidamente contabilizada, satisfazendo todas as exigências da legislação bancária, regulamentações e determinações do Banco Central, aplicáveis à espécie.
- O Fiador e principal pagador não estão ligados a nenhum grupo da empresa afiançada. - O valor da presente fiança se contém dentro dos limites permitidos por aquele órgão federal.

A presente Fiança Bancária vigorará pelo prazo de ** (_____) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável automaticamente por iguais períodos, até a consecução das obrigações contratuais e desde que liberada mediante comunicação por escrito, dessa empresa. Constituirá, também, prova suficiente para desobrigar o fiador do compromisso assumido, a devolução da via original desta Carta de Fiança. São Paulo,

BANCO _____ ASS.: _____

OBS 1: O modelo acima servirá tanto para a GARANTIA DE PROPOSTA (requisito de habilitação – que deverá ser observado por todos os licitantes) e para o vencedor da Proposta, como garantia contratual (requisito para celebrar o contrato)

OBS 2: O percentual aplicado para a Garantia de Proposta será de 1% do valor estimado da contratação, enquanto que a Garantia Contratual será de 5% do valor global contratado e esta deverá ser apresentada **apenas** pelo vencedor do certame.

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE REABERTURA DE PRAZO DE LICITAÇÃO**

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 02/2019 – TIPO MENOR PREÇO
GLOBAL

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia Civil para Serviços de Reforma e Ampliação da Escola Oseas Cardoso no Município de Pilar - AL LOCAL/DATA: na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Praça Floriano Peixoto, Pilar/AL, no dia 09 de agosto de 2019, as 08:00 horas. (Horário Local).

Os Editais e seus Anexos encontram-se à disposição das empresas interessadas na sala da CPL, ou pelo e-mail: comissaopilar@gmail.com horário das 08:00 às 13:00, até o dia que antecede à data do Certame.

Pilar/AL, 24 de julho de 2019.

ROSEANE SOARES CAMELO
Presidente/CPL.

Publicado por:
Sérgio Lira de Oliveira
Código Identificador: AA4DE8E4

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2019
PROCESSO: 0802-0040/2018 - PE - 05/2019
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PILAR/AL, inscrita no CNPJ sob o nº 12.200.158/0001-28.
CONTRATADO: **OK LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA** – CNPJ: 07.173.027/0001-25.
OBJETO: Serviço de Locação de veículos (para os itens 06 e 14).
PERÍODO DE VIGÊNCIA: 12 meses, contado da data da publicação do seu extrato.
Valor mensal do contrato; R\$ 11.252,14 (onze mil duzentos e cinquenta e dois reais quatorze centavos).
SIGNATÁRIOS: Renato Rezende Rocha Filho, pela CONTRATANTE; e Luiz Marcelo Santos de Andrade, pela CONTRATADA.

Publicado por:
Sérgio Lira de Oliveira
Código Identificador: 55E05D6A

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDOBA****PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDOBA
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO E EXTRATO ATA REGISTRO
DE PREÇOS****HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2018-SRP**

O Prefeito do Município de Pindoba, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** o presente processo no valor de R\$ 301.830,00 (trezentos e um mil, oitocentos e trinta reais).

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2019
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 012/2018-SRP. Processo Administrativo nº 1206.0001/2018. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual execução dos serviços de locação de estrutura para eventos. ESPÉCIE: Ata Registro de Preços nº 01/2019 – ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDOBA, inscrita no CNPJ sob nº 12.335.436/0001-10. FORNECEDOR **REGISTRADO: VAS PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA- ME-ME**, inscrita no CNPJ sob nº 04.689.271/0001-57– Vencedora do item 01 no valor de R\$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais); item 02 no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais); item 03 no valor de R\$ 3.685,00 (três mil, seiscentos e oitenta e cinco reais); item 04 no valor

de R\$ 148,00 (cento e quarenta e oito reais); item 05 no valor de R\$ 1.145,00 (um mil, cento e quarenta e cinco reais); item 06 no valor de R\$ 4.485,00 (quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais); item 07 no valor de R\$ 3.425,00 (três mil, quatrocentos e vinte e cinco reais); item 08 no valor de R\$ 1.690,00 (um mil, seiscentos e noventa reais); item 09 no valor de R\$ 3.970,00 (três mil, novecentos e setenta reais); item 10 no valor de R\$ 4.590,00 (quatro mil, quinhentos e noventa reais); item 11 no valor de R\$ 2,20 (dois reais e vinte centavos); item 12 no valor de R\$ 5,35 (cinco reais e trinta e cinco centavos); item 13 no valor de R\$ 24,50 (vinte e quatro reais e cinquenta centavos) e item 14 no valor de R\$ 2.175,00 (dois mil, cento e setenta e cinco reais), totalizando o valor global na ordem de R\$ 301.830,00 (trezentos e um mil, oitocentos e trinta reais). DATA CELEBRAÇÃO: 21/06/2019. VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses. FORO: Comarca de Maribondo-AL. FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto 7.892/13, Decreto Municipal nº 331/2010, Decreto Federal nº 8.538/15 e Lei nº 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Maxwell Tenório Cavalcante-Prefeito, ordenador da despesa, pelo Órgão Gerenciador e Renalvo Alves Ferreira-Representante Comercial, pelo Fornecedor Registrado. A ATA encontra-se na íntegra disponível na sede do município e no site <http://www.pindoba.al.gov.br>.

Pindoba(AL), 21 de junho de 2019.

MAXWELL TENÓRIO CAVALCANTE
Prefeito

Publicado por:
Arnaldo de Araujo Alecio
Código Identificador: 1BF7FB4B

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANHAS****FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PIRANHAS
PORTARIA Nº 2906/2019**

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PIRANHAS, ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, em conformidade com o Art. 39, da Lei Municipal nº 69, de 08 de novembro de 2011, no que preceitua a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Art. 37 e Inciso 1º, obedecendo ao princípio da publicidade, observadas as alterações introduzidas pela EC – 19 de 19/07/1998 e ainda, do que consta no processo PIRANHAS-PREV nº **0403001/2019**.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de **AUXÍLIO DOENÇA** em favor da segurada, **MARIA DA PAZ ALVES LINS**, portadora do RG nº **605825 SESP/AL** e do CPF/MF nº **348.657.304-78**, ocupante do cargo efetivo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, lotada na **Secretaria Municipal de Assistência**, matrícula nº **51**, valendo-se do que dispõe o **Art.39 da Lei Municipal nº 69 de 08 de novembro de 2011**.

Art. 2º - O beneficiário de **AUXÍLIO DOENÇA** concedido terá seus proventos integrais, calculado na forma de Lei, igual ao valor do provento do cargo efetivo do servidor público, entre o período de **04/03/2019** até **01/04/2019**, podendo ser prorrogável por até 30 dias para reavaliação de Junta Médica Pericial.

Parágrafo único – O não comparecimento do segurado no prazo designado para a realização da perícia médica ou reavaliação implicará na suspensão do pagamento do benefício após o prazo definido no caput do artigo 2º.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data da sua assinatura e produzirá seu efeito legal quando da publicação.

Piranhas/AL, 20 de Março de 2019.

MARISTELA SENA DIAS
Prefeita

FL Nº 870
DIGO / CPL PILARFL Nº 870
CPL PILAR

Onde se lê:

"Em seguida, a Comissão aplicou o que dispõe o art. 109, I, alínea "b" da Lei 8.666/93, concedendo prazo de 05 (cinco) dias úteis para que as empresas inconformadas com esta decisão, querendo, apresentem suas razões de recurso e, não havendo recurso, o processo será encaminhado à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana - SEINFRA, para homologação e adjudicação, conforme disposto no art. 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993 em nome da empresa E. G. S. CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO EIRELI com o valor total de R\$ 174.096,06 (cento e setenta e quatro mil, noventa e seis reais e seis centavos)."

Leia-se:

"Em seguida, a Comissão aplicou o que dispõe o art. 109, I, alínea "b" da Lei 8.666/93, concedendo prazo de 05 (cinco) dias úteis para que as empresas inconformadas com esta decisão, querendo, apresentem suas razões de recurso e, não havendo recurso, o processo será encaminhado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - SASDH, para homologação e adjudicação, conforme disposto no art. 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993 em nome da empresa E. G. S. CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO EIRELI com o valor total de R\$ 174.096,06 (cento e setenta e quatro mil, noventa e seis reais e seis centavos)."

Rio Branco, 24 de julho de 2019.
LOURDES CAROLINE BEZERRA DE QUEIROZ
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO PURUS

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

CONTRATO Nº 16450/2019 CONTRATADA: GS COSTA ME CNPJ Nº 16.642.064/0001-26
OBJETO: O objeto deste termo de apostilamento é dar nova redação ao subitem 3.2 da cláusula terceira do contrato nº 16450/2019. para tanto:

ONDE SE LÊ:

"Cláusula terceira: do valor e dos créditos orçamentários

3.1.

3.2. As despesas resultantes deste contrato correrão à conta dos programas de trabalho: 10.10.13.122.1400.1103 - realização das festividades de São João de Arapiraca, elemento 3390.39.2100 - outros serviços de terceiros pessoa jurídica - R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); e 10.10.13.122.1400.2084 - apoio ao desenvolvimento das atividades cívicas, culturais, religiosas, elemento de 3390.39.0010 - outros serviços de terceiros pessoa jurídica - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)."

LEIA-SE:

"Cláusula terceira: do valor e dos créditos orçamentários

3.1.

3.2. As despesas resultantes deste contrato correrão à conta dos programas de trabalho 10.10.13.122.1400.2084 - apoio ao desenvolvimento das atividades cívicas, culturais, religiosas, elemento 3390.39.2100 - outros serviços de terceiros pessoa jurídica - R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); e elemento de 3390.39.0010 - outros serviços de terceiros pessoa jurídica - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)."

ESTA APOSTILA PASSA A FAZER PARTE INTEGRANTE DO CONTRATO Nº 16450/2019 DATA DE ASSINATURA: 22 DE JULHO DE 2019 SIGNATÁRIO: ROGERIO AUTO TEÓFILO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAPÍ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2019 (BB Nº 776355)

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS ARTÍSTICOS/CULTURAIS, destinados à manutenção das atividades das Secretarias do Município de Canapi/AL. Tipo: Menor preço. Data e hora da sessão de disputa: 06/08/2019, às 10:00h (horário de Brasília). LOCAL: Sistema eletrônico do Banco do Brasil S.A., através do site www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão retirar o Edital através do site: www.licitacoes-e.com.br e se credenciarem em qualquer agência do Banco do Brasil S.A. Informações pelo e-mail: licitacao.canapi@gmail.com.

Canapi/AL, 23 de julho de 2019.
EMERSON DE SOUZA JATOBA
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJA NOVA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2019

A comissão de licitação do município de Igreja Nova/AL, no uso de suas atribuições, torna público que realizará a seguinte licitação:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2019, no dia 08/08/2019 às 10:00hrs, objetivando Registro de preços para aquisição de material didático para atender as necessidades do município de Igreja Nova/AL.

Outras informações e o edital, na sala de licitações localizada na Praça Professor Agnelo Moreira, 06 - igreja Nova/AL, no horário das 09:00 as 12:00 horas, ou através do e-mail: cpligrejanova@gmail.com ou site da prefeitura Municipal www.igrejanova.al.gov.br.

Em, 24 de julho de 2019.
ÉRIKA VANESSA DE MELO
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAMATAIA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2019

O MUNICÍPIO DE JARAMATAIA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, torna público o Edital de Credenciamento nº 001/2019, que visa: OBJETO: Credenciamento de leiloeiros oficiais para prestação de serviços de alienação de bens públicos municipais móveis inservíveis à administração PÚBLICA. INSCRIÇÕES: Serão feitas através de requerimento dirigido à Comissão Permanente de Licitações, localizada na Rua Presidente Castelo Branco, 47, Centro, Jaramataia/AL. No período de 25 de julho a 12 de agosto de 2019. INFORMAÇÕES: O edital e mais informações poderão ser obtidas na sede da Comissão de Licitação, e/ou através do e-mail licitacoesjaramaia@gmail.com.

Jaramataia, 24 de Julho de 2019.
REJANE FERREIRA CASTRO
p/Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM GOMES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/2019

CONVITE Nº 04/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE JOAQUIM GOMES. Contratado: D & J CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, CNPJ nº 29.138.502/0001-65. Base Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Objeto: Contratação de empresa especializada para pavimentação, em paralelepípedo, drenagem e Sinalização das Ruas Ibes Menino de Freitas, Priscila da Silva Rêgo e José Gomes de Barros. Valor: R\$ 248.999,30 (duzentos e quarenta e oito mil novecentos e noventa e nove reais e trinta centavos). Prazo: 12 (doze) meses. Celebração: 10/07/2019. Signatários: Adriano Ferreira Barros e Dalmo Moreira Santana Júnior

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 6/2019

O Município de Marechal Deodoro, através da Comissão Permanente de Licitação, avisa que realizará licitação conforme resumo abaixo: MODALIDADE: CONCORRÊNCIA Nº 006/2019. TIPO: MENOR PREÇO SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL. DATA E HORA: 28 de agosto de 2019 às 10:00h. LOCAL: Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, Loteamento Cidade Imperial, Q "A", LOTE 7- Povoado Pedras - Marechal Deodoro/AL. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM EM DIVERSAS, NO MUNICÍPIO DE MARECHAL DEODORO - AL. Os interessados poderão ter acesso ao Edital, no site oficial da Prefeitura de Marechal Deodoro/AL (www.marechaldeodoro.al.gov.br) e seus anexos na sala da CPL.

Marechal Deodoro/AL, 24 de julho de 2019.
CLÁUDIO ROBERTO AYRES DA COSTA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2019-SRP

Abertura: 08/08/2019 às 09:00hs (horário de Brasília/DF). Objeto: Formação de Registro de Preços para eventual e futura aquisição de Pneus e Afins. Local de realização e obtenção do Edital: site: www.licitacoes-e.com.br.

THIAGO FABRÍCIO SANDES COSTA
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS, para atender as necessidades das diversas secretarias do município de Palmeira dos Índios/AL, conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência deste Edital. Tipo: Menor preço (por item). Data de realização: 07/08/2019, às 09:00horas (horário local). O edital encontra-se a disposição dos interessados no Setor de Licitações, localizado à Rua Costa Régio nº 53, Sala 05, Centro, Palmeira dos Índios/AL, no horário de 08h00min as 12h00min e de forma eletrônica no Portal da Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios, no endereço:

<http://www.palmeiradosindios.al.io.org.br/transparencia/licitacoesNovo>.
Informações pelo e-mail: licitacoesmpmi@gmail.com.

Palmeira dos Índios, 24 de julho de 2019.
EMERSON DE SOUZA JATOBA
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2019 (BB Nº. 776968)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS DAS BANDAS FANFARRAS das escolas municipais de Palmeira dos Índios/AL, nos termos e especificações constantes deste edital e seus anexos. Tipo: Menor preço. Data e hora da sessão de disputa: 07/08/2019, às 14:00h (horário de Brasília). LOCAL: Sistema eletrônico do Banco do Brasil S.A., através do site www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão retirar o Edital através do site: <http://www.palmeiradosindios.al.gov.br/transparencia/licitacoesNovo> ou www.licitacoes-e.com.br e se credenciarem em qualquer agência do Banco do Brasil S.A. - Informações pelo e-mail: licitacoesmpmi@gmail.com, ou pelo telefone: (082) 3421-5181.

Palmeira dos Índios, 24 de julho de 2019.
ADJALAN KLEBER DE PAULA CORREIA
Pregoeiro

AVISOS DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2019 (BB Nº. 776820)

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS para as Equipes de Saúde da Família do município de Palmeira dos Índios, Alagoas, nos termos e especificações constantes deste edital e seus anexos. Tipo: Menor preço. Data e hora da sessão de disputa: 07/08/2019, às 09:00h (horário de Brasília). LOCAL: Sistema eletrônico do Banco do Brasil S.A., através do site www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão retirar o Edital através do site: <http://www.palmeiradosindios.al.gov.br/transparencia/licitacoesNovo> ou www.licitacoes-e.com.br e se credenciarem em qualquer agência do Banco do Brasil S.A. - Informações pelo e-mail: licitacoesmpmi@gmail.com, ou pelo telefone: (082) 3421-5181.

Palmeira dos Índios, 24 de julho de 2019.
ADJALAN KLEBER DE PAULA CORREIA
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VESTIMENTAS PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL QUE PARTICIPARÃO DOS DESFILES CÍVICOS, do município de Palmeira dos Índios, conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência deste Edital. Tipo: Menor preço (por item). Data de realização: 09/08/2019, às 09:00horas (horário local). O edital encontra-se a disposição dos interessados no Setor de Licitações, localizado à Rua Costa Régio nº 53, Sala 05, Centro, Palmeira dos Índios/AL, no horário de 08h00min as 12h00min e de forma eletrônica no Portal da Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios, no endereço:

<http://www.palmeiradosindios.al.io.org.br/transparencia/licitacoesNovo>.
Informações pelo e-mail: licitacoesmpmi@gmail.com.

Palmeira dos Índios, 24 de julho de 2019.
EMERSON DE SOUZA JATOBA
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
TOMADA DE PREÇO Nº 2/2019

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia Civil para Serviços de Reforma e Ampliação da Escola Oseas Cardoso no Município de Pilar - AL LOCAL/DATA: na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Praça Floriano Peixoto, Pilar/AL, no dia 09 de agosto de 2019, as 08:00 horas. (Horário Local). Os Editais e seus Anexos encontram-se à disposição das empresas interessadas na sala da CPL, ou pelo e-mail: comissao pilar@gmail.com, horário das 08:00 às 13:00, até o dia que antecede à data do Certame.

Pilar/AL, 24 de julho de 2019.
ROSEANE SOARES CAMELO
Presidente da Comissão de Licitação



Chuva ameniza seca no Agreste e Sertão

Apesar de estarem abaixo do esperado para o inverno até o momento, volumes de água enchem reservatórios nas regiões

LUCAS FRANÇA REPORTER

Em Alagoas, as chuvas que caíram nas últimas semanas, apesar de estarem abaixo do esperado para o inverno até o momento, contribuíram para amenizar a situação de seca e armazenar água em reservatórios e mananciais da região Agreste e Sertão do Estado.

"Choveu de forma satisfatória em alguns pontos da região Oeste do estado, onde se compreende a região do Agreste e Sertão. As chuvas deram um alento na região do Sertão", disse um dos meteorologistas da Sala de Alerta da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh), Henrique Mendonça.

Diferente de Pernambuco onde as fortes chuvas, que caíram na madrugada da quarta-feira (24), deixaram cinco pessoas mortas após desliza-

mentos de barreira e queda de árvore na Região Metropolitana do Recife desde à tarde da terça-feira (23) e em Sergipe, onde mais de 1,5 mil pessoas ficaram desabrigadas. Alagoas segue com tempo instável.

O meteorologista disse que a explicação para essas chuvas tão fortes nos estados vizinhos, principalmente, na cidade de Recife, capital pernambucana são os ventos do quadrante Sudeste em baixos níveis da atmosfera que levam a umidade para o litoral de Pernambuco. "Esse mesmo sistema meteorológico está levando as chuvas para a região de João Pessoa (Paraíba) e estado de Sergipe".

Mendonça ressaltou que no momento não há previsão de chuvas significativas para o Estado de Alagoas. Segundo ele, para esta quinta (25) e sexta-feira (26), a previsão é de tempo instável. "A previsão para Alagoas, nos próximos dias é de tempo instável com chuvas rápidas e fracas princi-

almente nas primeiras horas da manhã e a noite, alternando com períodos de tempo seco".

MACÉIO
A capital alagoana também não registrou volumes de chuvas fora do previsto e a Coordenadoria Municipal Especial de Proteção e Defesa Civil (Comped) disse também que não há registro de desabame-

“Choveu de forma satisfatória em alguns pontos da região Oeste do Estado, onde se compreende a região do Agreste e Sertão. As chuvas deram um alento na região do Sertão”

HENRIQUE MENDONÇA Meteorologista da Semarh



ADALSON CALHEIROS

Previsão para os próximos dias é de continuação do tempo instável em Alagoas com chuvas rápidas

no nas áreas de risco de Macéio e destaca que está trabalhando em Nível Operacional de Observação dentro do Protocolo de Proteção e Ação de Defesa Civil, uma vez que a previsão - segundo informações da Sala de Alerta da Semarh - é

de chuvas leves nos próximos dias. A Defesa Civil ressaltou que está monitorando as chuvas e tem equipes de sobreaviso em caso de ocorrências.

ESTADO

A Defesa Civil Estadual confirma que não chegou aler-

ta de tempestade para o órgão e não há registro oficial de alagamentos nem desabrigados em cidades do interior, mas existe uma atenção voltada, no para o Litoral Norte, onde a previsão de chuva está sendo mais intensa.

ASSESSORIA & Comunicação CEJAC Comissão Estadual de Jornalistas em Assessoria de Comunicação

Reconhecimento

Uma das vencedoras do International Press Freedom Award do Comitê de Proteção de Jornalistas (CPJ, sigla em inglês), ao lado de jornalista da Índia, da Nicarágua e da Tanzânia que, assim como ela, sofreram ameaças e agressões em decorrência de seus trabalhos. Patricia considera que as acolhas do CPJ este ano transmitem uma forte mensagem para mulheres jornalistas de todo mundo, vítimas frequentes de ataques e tentativas de intimidação. Durante a campanha eleitoral, Patricia assinou a reportagem "Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp", publicada na capa da Folha de S. Paulo em 18 out 2018. Após a divulgação do conteúdo, ela foi alvo de assédio direcionado, ofensas em massa e ameaças nas redes sociais.

LIVRO, FUTEBOL E MÍDIA 1

Nesta quinta-feira (25), acontece o lançamento do livro Os direitos de transmissão do Campeonato Brasileiro de Futebol, de autoria de Anderson Santos, que é professor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e presidente do Capítulo Brasil da União Latina da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (Ulepic-Brasil). O livro traça uma construção histórica a partir do caso do Campeonato Brasileiro de Futebol, tendo em vista o período de 1971 a 2018, em que se destaca a relação entre os grupos midiáticos de comunicação e o principal torneio de futebol realizado no país.

LIVRO, FUTEBOL E MÍDIA 2

O lançamento da obra contará com duas palestras: uma para a comunidade acadêmica, que acontecerá às 13h30, com o debate A apropriação mercadológica do futebol enquanto bem cultural, utilizando a aula da disciplina Cultura e Consumo, ministrada pelo professor Rafael de Oliveira Rodrigues. E a outra, será à noite, a partir das 19h30, para apresentar a metodologia de pesquisa que serviu como base para o estudo realizado no livro, voltada para os estudantes concluintes que estudam as disciplinas Técnica de Pesquisa. O tema abordado será a Discussão teórico-metodológica para estudar o futebol. Os dois momentos serão no Colégio Divino Mestre, onde ocorrem as atividades da Unidade Educacional da Ufal/Santana, no Centro de Santana do Ipanema.

PRÊMIO DE JORNALISMO

Estão abertas as inscrições para o 4º Prêmio SBR/Plifer de Jornalismo - Doenças Reumáticas, uma iniciativa da Sociedade Brasileira de Reumatologia (SBR) em parceria com a Plifer. A premiação foi criada com o objetivo de valorizar reportagens que contribuam com a missão de levar as publicações informações de qualidade sobre essas enfermidades. Poderão concorrer reportagens publicadas ou veiculadas de 10 de agosto de 2017 a 18 de agosto de 2019, em jornais, revistas, rádios, emissores de televisão, sites, blogs e agências de notícias. Ao todo, nove trabalhos serão selecionados, três em cada uma das categorias - mídia impressa, mídia on-line, mídia eletrônica. Os dois trabalhos melhor avaliados de cada uma das três categorias ganharão prêmios em dinheiro, que juntos somam R\$ 27 mil. Para participar, basta se inscrever por meio do portal www.premiossbrjournalismo.com.br.

"Estamos passando por um sufoco sem poder pescar. Já são duas semanas que o mar não colabora com a gente. A situação complica porque é de lá que a maioria de nós tiramos o sustento de toda a família. Nossa alternativa é fazer os passeios com os turistas quando apareça algum e mesmo assim está sendo difícil. Não dá para irmos às piscinas naturais por que com o maré alta não existe visibilidade para ver os peixes e o corais que são grandes atrativos para os

visitantes. Ou seja, os barcos ficam parados", disse o pescador e guia Estevão Nascimento.

Ainda segundo ele, muitos estão sobrevivendo nessas duas semanas com a ajuda de parentes. "Alternativa é pegar dinheiro emprestado. Depois que voltarmos a pescar devolvemos".

A Marinha do Brasil, por meio do Centro de Hidrografia da Marinha (CHM) informa que o estabelecimento de um sistema de alta pressão após a passagem de um sistema frontal

provocando alterações meteorológicas em todo Estado de Alagoas, destacando-se os seguintes alertas: Mar grosso (elevação das ondas em alto-mar) em toda área marítima do Estado, com ondas na direção Sul/Sudeste de 3,0 a 4,0 metros de altura, até as 09:00 hs de ontem até as 19:00 hs e a partir de hoje, as ondas na direção sudeste/leste de 3,0 a 3,5 metros de altura.

Nesta sexta-feira (26), as ondas na direção sudoeste/leste também estarão entre 2,5 a 3,0 metros de altura,

até as 9:00 hs em todas as praias do litoral alagoano.

A Capitania dos Portos de Alagoas recomenda aos navegantes de embarcações de pequeno e médio porte, que evitem navegar no mar nestes dias, bem como os demais responsáveis por outros tipos de embarcações, que tenham redobrada atenção quanto ao material de salvatagem, estado geral dos motores e casco, bomba de esgoto do porão, equipamentos de rádio, dentre outros itens de segurança. (L.F.)

MUNICÍPIO DE ARAPIRACA AVISO PROMOÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREÇO ELETRÔNICO Nº 02/2019

JORGRAF Engenharia e Projetos Ltda. TRIBUNA JORNALISMO

VENDO APARTAMENTO, 120m², 3 suítes, 2 vagas, 50m para a praia (Próximo ao Posto 7) Armários Delineio, 3º andar na Jatiuca - Tratar: 9.99723561

PREFEITURA MUNICIPAL DE IAPARICÁ LICITAÇÃO Nº 001/2019

ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMAÍ AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILEIA Edital de Licitação Nº 01/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTO ANTONIO AVISO DE LICITAÇÃO - PREÇO ELETRÔNICO Nº 10/2019

MUNICÍPIO DE OURO BRANCO AVISO DE LICITAÇÃO PREÇO ELETRÔNICO Nº 09/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR AVISO DE LICITAÇÃO Nº 02/2019

MUNICÍPIO DE VICOSA AL AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2019

Estados Unidos de América Washington Center of Sousa Zvezden

